

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A – CEASA/GO
CNPJ/MF: 01.098.797/0001-74 – INSCRIÇÃO ESTADUAL: 10.050.626-74
END.: BR 153 KM 5,5 SAÍDA PARA ANÁPOLIS, CEP: 74675-090
RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

Senhores Acionistas,

A DIRETORIA DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A – CEASA/GO, no uso de suas atribuições Legais e Estatutárias vem apresentar aos Senhores Acionistas o BALANÇO PATRIMONIAL e demais DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS relativa ao Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, acompanhado do Parecer de Auditoria Externa e do Parecer do Conselho Fiscal. Na oportunidade, manifestamos nossos agradecimentos às Autoridades Governamentais, na pessoa do Senhor Governador do Estado, pelo apoio e confiança recebidos do Estado, que sem os quais não seria possível realizar as metas propostas para o Exercício.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE	4.351.817,15	5.693.739,66
Disponibilidades	476.880,82	2.673.336,00
Concessões a Receber	3.433.131,56	2.659.010,48
Créditos em Cobrança	192.048,05	192.048,05
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	-68.775,70	0,00
Adiantamento de Convênio e Outros	171.144,03	0,00
Despesas do Exercício Seguinte	8.684,28	6.685,69
Estoque	41.298,74	33.355,35
Imposto a Recuperar	38.391,14	46.479,95
Créditos a Restituir	6.084,42	660,00
Adiantamento	36.193,67	76.989,68
Outros Créditos	16.736,14	5.174,46
NÃO CIRCULANTE	12.603.741,47	12.632.358,07
Empréstimo Compulsório	152.612,17	143.746,21
Deposito Judicial	40.255,99	0,00
Investimentos	217,85	217,85
Imobilizado	35.516.311,78	34.383.325,87
(-) Depreciação	-23.105.656,32	-21.894.931,86
TOTAL DO ATIVO	16.955.558,62	18.326.097,73
PASSIVO		
CIRCULANTE	3.073.004,33	3.518.220,66
Fornecedores	1.209.797,78	1.897.456,40
Obrigações com Pessoal	62.471,97	27.927,14
Encargos Sociais	270.170,62	259.679,41
Impostos e Contribuições	228.286,91	251.308,70
Provisão para Férias e Encargos	474.802,81	666.159,83
Consignações (Convênios)	823.307,66	415.689,18
Outras Obrigações	4.166,58	0,00
NÃO CIRCULANTE	35.946,06	35.993,01
Caução de Terceiros	35.946,06	35.993,01
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.846.608,23	14.771.884,06
Capital Social Realizado	19.435.690,02	19.435.690,02
(-) Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	-4.663.805,96	-5.894.982,18
Resultado do Exercício Prejuízo/Lucro	-925.275,83	1.231.176,22
TOTAL DO PASSIVO	16.955.558,62	18.326.097,73

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	2018	2017
1 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA	8.737.276,14	9.270.708,84
1.1 – Serviços	8.737.276,14	9.270.708,84
(-) Pis sobre o Faturamento	-144.146,94	-78.424,53
(-) Cofins sobre o Faturamento	-664.013,59	-361.228,11

1.2 - LUCRO BRUTO	7.929.115,61	8.831.056,20
2 – DESPESAS OPERACIONAIS	8.753.932,09	7.227.699,22
2.1 – Pessoal Encargos	9.129.328,29	8.002.851,53
2.2 – Material de Consumo	204.449,51	165.773,77
2.3 – Serviços e Seguros	11.580.850,55	10.341.692,19
2.4 – Tributos, Taxas e Contribuição	285.589,10	267.543,57
2.5 – Financeira	104.675,79	184.286,69
2.6 – Contribuições	0,00	0,00
2.7 – Depreciações	1.098.694,85	1.186.379,61
2.8 - (-) Recuperação de Despesas Condominiais e Rev. Despesas	-13.082.164,84	-12.291.561,82
2.9 - (-) Receitas Financeiras	-567.491,16	-629.266,32
2.10 - (-) Outras Receitas	0,00	0,00
3 – RESULTADO OPERACIONAL (1.2 – 2)	-824.816,48	1.603.356,98
4 – RESULTADO DO EXERCÍCIO	-824.816,48	1.603.356,98
4.1 – Resultado Antes da Contribuição Social	-824.816,48	1.603.356,98
(-) Provisão para Contribuição Social	-29.768,65	-103.284,44
4.2 - Resultado Antes do Imposto de Renda	-854.585,13	1.500.072,54
(-) Provisão para Imposto de Renda	-70.690,70	-268.896,32
PREJUÍZO/LUCRO DO EXERCÍCIO	-925.275,83	1.231.176,22

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES		
	2018	2017
Prejuízo/Lucro do Exercício	-925.275,83	1.231.176,22
Outros resultados abrangentes	0,00	0,00
TOTAL DE RESULTADO ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	-925.275,83	1.231.176,22

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

EXERCÍCIO – 2018				
DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	PATRIMONIO LÍQUIDO
Saldo em 31-12-2017	19.435.690,02	-4.663.805,96	0,00	14.771.884,06
Prejuízo do Exercício	0,00	-925.275,83	0,00	-925.275,83
Saldo em 31-12-2018	19.435.690,02	-5.589.081,79	0,00	13.846.608,23
EXERCÍCIO – 2017				
Saldo em 31-12-2016	19.435.690,02	-5.894.982,18	0,00	13.540.707,84
Lucro do Exercício	0,00	1.231.176,22	0,00	1.231.176,22
Saldo em 31-12-2017	19.435.690,02	-4.663.805,96	0,00	14.771.884,06

DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO – CCL

DISCRIMINAÇÃO	SALDOS		VARIAÇÕES
	31/12/2018	31/12/2017	
(+) Ativo Circulante	4.351.817,15	5.693.739,66	-1.341.922,51
(-) Passivo Circulante	3.073.004,33	3.518.220,66	445.216,33
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1.278.812,82	2.175.519,00	-896.706,18

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (METODO DIRETO)

A – ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
1 – Recebimentos (Receitas)	21.295.209,52	27.130.890,90
Concessionários (TCRU e Rateios)	16.183.374,58	20.936.438,54
Produtores	1.756.654,12	1.983.800,30
Pequenos Comerciantes	1.166.191,36	1.226.532,10
Comercialização sobre Veículos	172.613,12	193.070,91
Encargos Financeiros	468.852,00	363.190,41

Rendimentos de Aplicações	89.773,20	206.843,94
Taxas de Transferências e Alterações	1.418.534,64	2.154.579,70
Outros Rendimentos	39.216,50	66.435,00
2 – Recebimentos de Recursos de Convênios	2.542.521,62	2.298.742,52
UNIAP E ASPHEGO	2.542.521,62	2.298.742,52
3 – Pagamentos (Despesas)	22.651.860,50	24.605.411,66
Pessoal e Encargos	8.162.099,90	7.810.033,59
Fornecedores de bens e serviços	10.740.470,15	10.569.535,31
Repasse de Consignações em Folha de Pagamentos	245.551,68	2.290.310,29
Recolhimento de Tributos	2.342.675,59	2.421.372,28
Adiantamentos	962.547,68	1.240.748,39
Fundo rotativo	45.305,00	41.610,45
Outros pagamentos	153.210,50	231.801,35
4 – Repasse de Recursos de Convênios	2.137.383,50	2.068.081,44
UNIAP E ASPHEGO	2.137.383,50	2.068.081,44
A - CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1 + 2 - 3 - 4)	-951.512,86	2.756.140,32
B - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-1.244.942,32	-2.733.957,12
(-) Pagamento pela compra de Ativo Permanente	-1.244.942,32	-2.733.957,12
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-1.244.942,32	-2.733.957,12
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE (A - B)	-2.196.455,18	22.183,20
Caixa e equivalente no início do exercício	2.673.336,00	2.651.152,80
Caixa	8.294,00	3.711,94
Bancos	2.665.042,00	2.647.440,86
Caixa e equivalente no fim do exercício	476.880,82	2.673.336,00
Caixa	6.018,08	8.294,00
Bancos	470.862,74	2.665.042,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018 E 2017

Nota Nº 01 – Do Contexto Operacional

As CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A – CEASA/GO é uma sociedade por ações de economia mista, constituída de acordo com a Lei Estadual Nº 7.490, de 26/06/1972 e com as normas do Sistema Nacional de Abastecimento – SINAC. Sua gestão é privativa ao Governo do Estado de Goiás, nos termos do Decreto Federal Nº 70.502, de 11 de maio de 1.972. constitui o objeto social da Cia., dentre outros:

- a) Instalar, implantar, administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios ou serviços típicos do comércio atacadista de hortigranjeiros.
- b) Participar dos planos e programas de Governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais Unidades do Sistema e entidades vinculadas ao setor, através, inclusive, de participação acionária.

Nota Nº 02 – Principais Diretrizes Contábeis Adotadas

As Demonstrações Financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram elaboradas consoante princípios e diretrizes emanadas da Lei 6.404/76, Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, com a adoção das novas práticas contábeis e as normas internacionais para elaboração de relatórios financeiros.

- 2.1. Apropriação dos custos e receitas– Os direitos, obrigações, custos, despesas, receitas e rendas foram apropriados pelo regime de competência de exercício.
- 2.2. Ajuste a valor presente– A Cia. não possui ativos e passivos financeiros de longo prazo, nem de curto prazo, considerando relevantes, sujeitos a ajustes a valor presente.
- 2.3. Provisão para devedores duvidosos– Foi constituída a provisão para Devedores Duvidosos no valor residual de R\$ 68.775,70 (sessenta e oito mil, setenta e sete reais e setenta centavos), representado por pequenos créditos a receber de ex-clintes e produtores, negativados no SERASA, em processo de cobrança.
- 2.4. Distinção de curto e longo prazo– O prazo para distinção de curto e longo prazo enquadra-se até o final do exercício seguinte enquanto o longo prazo aquelas que ultrapassam aquele período.
- 2.5. Empréstimos compulsórios– representa pagamentos realizados pela Cia na aquisição de combustíveis durante a vigência dessa exigência, atualizados pelos índices oficiais, divulgados pela União.
- 2.6. Investimentos– O investimento em participação societária foi avaliado pelo custo de aquisição por se tratar de investimento que não preenche as condições para avaliação pelo método da equivalência patrimonial, bem como não se tratar de investimento com cotação em bolsa de valores.
- 2.7. Imobilizado– O Ativo Imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas admitidas pela legislação fiscal; Como não há expectativa de perda na realização desses ativos não foi constituída provisão para ajuste a valor de recuperação.

As taxas de depreciação utilizadas foram as seguintes:

Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%

Aparelhos	10%
Maquinas e Equipamentos	10%
Moveis e Utensílios	10%
Edificações	4%

Essas taxas foram utilizadas uniformemente nos exercícios de 2018 e 2017.

2.8. Tributação– Todos os tributos da Cia. foram calculados de acordo com o regime de lucro real.

Nota Nº 03 – Ativo Circulante

- a) Disponibilidades –a composição dos saldos disponíveis em 31-12-2018, estão representados por saldo de caixa (especie), no valor de R\$ 6.018,08 (seis mil, dezoito reais e oito centavos) e saldos bancários das contas movimentos e aplicações, no valor de R\$ 470.062,74 (quatrocentos e setenta mil, sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos);
- b) – Concessões e Permissões a Receber– R\$ 3.370.440,28 (três milhões trezentos e setenta mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte oito centavos) representa as contas a receber dos concessionários, permissionários, produtores e pequenos comerciantes, provenientes do Termo de Concessão Remunerado de Uso (TCRU), Termo de Permissão de Uso (TPRU) e Termo de Autorização de Uso (TPAU);
- c)– Créditos em Cobrança – R\$ 192.048,05 (cento e noventa e dois mil, quarenta e oito reais e cinco centavos), sendo R\$ 5.000,44 (cinco mil reais e quarenta e quatro centavos) de ex-funcionário e R\$ 187.047,61 (cento e oitenta e sete mil, quarenta e sete reais e sessenta e um centavos) de ex – concessionários da Centrais de Abastecimento de Goiás S/A – Ceasa-Go, todos em processo de cobrança judicial.
- d) – Adiantamento de convênios – R\$ 170.144,03 (cento e setenta mil, cento e quarenta e quatro reais e três centavos) refere-se ao repasse da Ceasa-GO, (conta partida) para construção de creche, cuja a obra encontra-se em andamento.
- e) –Adiantamento R\$ 36.193,67 (trinta e seis mil, cento e noventa e três reais e sessenta e sete centavos), refere-se ao adiantamento de férias realizado em dezembro/2018, descontado na folha de pagamento de janeiro de 2019.
- f) – Estoque –O valor total de R\$ 41.298,74 (quarenta e um mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), refere-se a material de consumo para manutenção das atividades administrativa e operacional da empresa.
- g) – Despesas a Apropriar –Refere-se a seguros de veículos, assinaturas de revistas e jornais do período de vigência e competência do exercício seguinte, no valor total de R\$ 8.684,28 (oito mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte oito centavos)
- h) – Imposto a Recuperar– Refere-se a IRRF sobre aplicações financeiras possível de compensação.

Nota Nº 04 – Composição do Imobilizado

DESCRIÇÃO DOS BENS	CUSTO	AQUISIÇÃO	BAIXAS (GLOSA)	TRANSFERENCIAS	DEPRECIÇÃO	VALOR
	ATUALIZADO				BAIXA ACUMULADA	RESIDUAL
Terrenos	4.432.478,19				0,00	4.432.478,19
Edificações	21.991.958,71			2.266.479,36	-19.705.290,47	4.553.147,60
Urbanizações	979.977,49				-979.977,49	0,00
Obras em Andamento	3.144.852,88	1.145.470,32	-111.956,41	-2.266.479,36	0,00	1.911.887,43
Instalações	2.475.165,45				-1.619.116,39	856.049,06
Veículos e Acessórios	188.450,00				-149.675,69	38.774,31
Maquinas e Equipamentos	161.883,56				-92.624,15	69.259,41
Maquinas de Escritório	3.101,89				-3.101,89	0,00
Móveis e Utensílios	699.270,13	32.090,00			-367.558,74	363.801,39
Aparelhos de Telecomunicações	23.656,90	56.612,00			-18.181,92	62.086,98
Computadores e Impressoras	282.530,67	10.770,00			-170.129,58	123.171,09
TOTAIS	34.383.325,87	1.244.942,32	-111.956,41	0,00	-23.105.656,32	12.410.655,46

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

	Realizado até 2017	Realizado em 2018	Total Acumulado
a) – Obras em andamento:			
- Sistema de Combate a Incêndio	R\$ 540.431,48	316.790,48	857.221,96
- Ampliação da Rede de Alta Tenção	R\$ 225.985,63	120.990,75	346.976,38
- Estacionamento (Pátio de Carga)	<u>R\$ 0,00</u>	<u>707.689,09</u>	<u>707.689,09</u>
TOTAL	766.417,11	1.145.470,32	1.911.887,43
b) – Aquisição de Mobiliário:			
- Gerador GMG 25 kva		44.827,00	
- Tablit Motorola (6 unidades)		8.340,00	
- Aparelhos Celular - APPLE IPHONE		3.445,00	
- NB Lenovo 15 Idepad 320		2.650,00	

- Tablet Glaxy (8 unidades)	8.120,00
- Balcão 2 Portas	1.810,00
- Gaveteiro Fixo	300,00
- TV Led FHD 43 SMART	1.690,00
- Tenda Piramidal 10 x 10	27.440,00
- Paineil IMB II	850,00
TOTAL	<u>99.472,00</u>
Total dos Investimentos realizados em 2018 (a + b)	1.244.942,32

Nota Nº 05 – Passivo Circulante

O valor de R\$ 3.073.004,33 (três milhões, setenta e três mil, quatro reais e trinta e três centavos), representa as obrigações da empresa no decorrer do próximo exercício, de conformidade com o regime de competência.

NOTA Nº 06 – Passivo Não Circulante

Esta representado pelo valor de R\$ 35.946,06 (trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e seis centavos), referente caução de terceiro;

Nota Nº 07 – Patrimônio Líquido

a) – Capital Social –O capital social de R\$ 19.435.690,02 (dezenove milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil seiscentos e noventa reais e dois centavos) totalmente integralizado, está representado por 19.435.690 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada ação. Sendo que do total das ações de emissão da Cia. 19.435.689 pertencem ao Governo do Estado de Goiás.

b)–Prejuízos Acumulados –De acordo com a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido houve um acréscimo dos Prejuízos Acumulados registrado no fim do exercício de 2018, com a soma do prejuízo do exercício de 2018,

c) – Prejuízo do Exercício de 2018 –Conforme Demonstração do Resultado foi apurado resultado negativo no valor líquido de R\$ 925.275,83 (novecentos e vinte cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

Nota Nº 08 – Redução a Valor Recuperável de Ativos

Conforme descrito na nota nº 2.2, a Cia. Não possui ativos financeiros sujeito a avaliação a valor presente. Para os demais ativos, embora não tenha sido efetuado teste de recuperabilidade, acredita-se que são, em sua grande maioria, recuperáveis por valores superiores aos valores contábeis e eventuais ativos que possam estar desvalorizados não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras, vez que os ativos sujeitos a redução a valores de recuperação, considerados em seu conjunto, tem valor de recuperação maior que o valor contábil.

Nota Nº. 09 – Partes Relacionadas

"Não houve no exercício qualquer transação comercial ou financeira com partes relacionadas.

Os diretores da Cia são remunerados de acordo com as condições e parâmetros normais de mercado."

Nota Nº. 10 – Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pela sociedade restringem-se às aplicações financeiras, estando reconhecidas nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota Explicativa 2.1. A empresa não efetuou aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos sujeitos a riscos.

Nota Nº 11 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

"A Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada pelo método direto, com o devido detalhamento das ações efetivamente realizadas pela empresa envolvendo as atividades operacionais e de investimento, representam as entradas e saídas de recursos financeiros do caixa e equivalentes.

Reflete esta demonstração as entrada e saída de recursos com redução dos saldos de caixa e equivalente em relação ao exercício de 2017.

Era o que tinha a reportar e esclarecer em adendo as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31/12/2018."

João Batista de F. Lemes
Diretor Presidente

Luiz Antônio Toledo Carvalho
Diretor Operação e
Estratégia de Mercado

Wilson Luiz Vieira
Diretor Administrativo
Financeiro

Lindinalva Q. Leão da Costa
Contadora
CRC-GO.nº 018303

Ilmos. Srs. Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A – CEASA/GO- Goiânia – GO.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

"Examinamos as demonstrações financeiras da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A – CEASA/GO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, do capital circulante líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A – CEASA/GO, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil."

Base para opinião

"Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria nas demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido nos trabalhos efetuados ou se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito."

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

"A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, bem como de divulgar, quando aplicável, assuntos relacionados com a continuidade operacional utilizada como base de mensuração na elaboração das demonstrações financeiras, salvo se pretender cessar suas operações, ou não ter nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com atribuições de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras."

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

"Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria realizada. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos."

Ênfase

1 – A Companhia deixou de realizar teste de impairment na totalidade do seu imobilizado, previsto na Lei nº 11.638/2007 e da Resolução do CFC nº 1292/2010, que aprovou a NBC TG 01. O objetivo é demonstrar se houve ou não redução do valor recuperável de um bem ativo. As normas internacionais exigem que as entidades avaliem periodicamente a recuperabilidade dos ativos que geram resultados, antes de apresentá-los no balanço. Os exames efetuados pela auditoria revelaram efeitos considerados irrelevantes nas demonstrações contábeis, caso aplicado os testes de recuperabilidade sobre os principais ativos da Companhia.

AUDICOOP – Auditoria Cooperativista e Empresarial S/S
CRC GO-002749/O-8
C.J.P.J. 31.297.941/0001-62
Inscrição Municipal nº 465.749-7

Alvido Becker
Auditor Independente
CRC PR-023012/O-8 T-GO

Alvido Becker Junior
Auditor Independente
CRC GO-026265/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO 2018

"Os membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento de Goiás S/A - CEASA-GO, procederam ao exame das demonstrações financeiras da Empresa relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, bem como as Notas Explicativas, que fazem parte das referidas Demonstrações.

Embasados no acompanhamento mensal dos balancetes e correspondente documentação financeira, na Nota Técnica do Controle Interno da Empresa, datada de 14/03/2019, bem como no Parecer da Auditoria Independente, datado de 19/03/2019, recomendamos a sua aprovação pelo Conselho de Administração da CEASA-GO, ressalvando a necessidade de futura realização de teste de impairment na totalidade do seu imobilizado, previsto na Lei nº 11.638/2007 e na Resolução do CFC Nº 1292/2010, conforme desfecho de tal Parecer."

Goiânia/GO, 21 de março de 2019.

Lourival de M. F. Júnior
Membro

Darlan de S. Rodrigues
Membro

Lourival dos S. Ferreira
Membro

Wilton César de Souza
Membro